



# A participação das crianças em contexto de educação pré-escolar: Concepções de um grupo de educadoras de infância

Rita Brito<sup>1 2 3</sup>

<sup>1</sup>ISEC Lisboa;

<sup>2</sup>CRC-W, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

<sup>3</sup>Research Center on Education (CIEd), University of Minho, Braga

Nádia Vasques<sup>1</sup>

---

## Resumo

A participação da criança é um direito fundamental, reconhecido pela Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), e constitui um elemento central para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e ético. Este estudo qualitativo explora as perspetivas das educadoras de infância sobre a participação das crianças, bem como os modelos pedagógicos e estratégias que favorecem o seu envolvimento ativo. Foram entrevistadas 15 educadoras de instituições públicas, privadas e IPSS, permitindo uma visão diversificada das práticas pedagógicas. A recolha de dados foi realizada por entrevistas semiestruturadas, garantindo espaço para que as participantes expressassem experiências e perspetivas de forma detalhada. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com recurso à análise temática, permitindo identificar categorias relativas ao conceito de participação, modelos pedagógicos utilizados e estratégias implementadas em sala. Os resultados revelam que a participação da criança é compreendida como a capacidade de expressar ideias, tomar decisões, explorar interesses individuais e influenciar o próprio processo de aprendizagem. Modelos pedagógicos como o Movimento da Escola Moderna, HighScope e Reggio Emilia são valorizados pelas educadoras, embora a implementação possa ser limitada por barreiras contextuais, como rigidez curricular e número de crianças por grupo. As estratégias observadas incluem planificação colaborativa, organização conjunta do espaço e avaliação partilhada das atividades, promovendo autonomia, confiança e competências sociais. O estudo evidencia que a participação ativa contribui não só para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para a construção de ambientes educativos democráticos, inclusivos e significativos. Recomenda-se a continuidade da formação das educadoras e a investigação longitudinal sobre o impacto da participação, de forma a consolidar práticas pedagógicas centradas na criança e a promover aprendizagens mais enriquecedoras.

**Palavras-chave:** Participação das crianças; Educação pré-escolar; Reflexão; Papel do educador

---

## 1. Introdução

A participação da criança no contexto educativo é reconhecida como um direito fundamental e um elemento central para o seu desenvolvimento integral. Este conceito é sustentado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), que garante a todas as crianças o direito de expressar livremente a sua opinião sobre assuntos que lhes dizem respeito e de ser ouvida nos processos de decisão que as afetam. A educação pré-escolar, enquanto primeira etapa estruturada de aprendizagem formal, constitui um espaço privilegiado para a implementação deste direito, sendo



essencial que os educadores criem ambientes que favoreçam a escuta ativa, a autonomia e o protagonismo das crianças.

Nos últimos anos, a investigação em educação tem enfatizado a importância de compreender a criança como sujeito competente e ativo na construção do seu próprio conhecimento (Edwards et al., 2020; Malaguzzi, 2021). Este posicionamento desafia abordagens tradicionais, em que o educador detém o controle total do processo educativo, e propõe modelos pedagógicos centrados na criança, em que a sua voz é valorizada, reconhecida e integrada na planificação e avaliação das atividades (Mesquita, 2020; Oliveira-Formosinho, 2021).

O presente estudo visa explorar as perspetivas de educadoras de infância sobre a participação das crianças, os modelos pedagógicos utilizados e as estratégias implementadas para promover o envolvimento ativo dos mais pequenos. Pretende-se analisar como a participação é compreendida, quais os benefícios percebidos para o desenvolvimento infantil, os desafios enfrentados na prática educativa e as abordagens metodológicas que melhor favorecem este direito.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1 O conceito de participação**

O conceito de participação é multifacetado e varia consoante o contexto educativo, a perspetiva teórica e o nível de desenvolvimento da criança. Segundo Lansdown (2005), a participação infantil pode ser entendida como a capacidade da criança de expressar os seus interesses, opiniões e sentimentos, influenciando decisões que afetam a sua vida. Este conceito integra dimensões cognitivas, sociais, emocionais e éticas, refletindo tanto o direito da criança à cidadania quanto à sua inclusão ativa em processos educativos (Willow, 2020).

A participação da criança não se limita a manifestações verbais; envolve também formas de expressão não verbal, como o brincar, a expressão artística e a exploração de materiais e ambientes (Edwards et al., 2020). Este posicionamento é reforçado por Rinaldi (2012, citado por Carvalho & Sâmia, 2016), que sublinha a importância de criar contextos em que a curiosidade, as hipóteses e as descobertas das crianças sejam valorizadas, legitimadas e integradas na construção do conhecimento coletivo.

Além disso, a literatura recente destaca que a participação promove a autonomia, a capacidade de tomada de decisão e a construção de competências socioemocionais, contribuindo para o desenvolvimento de indivíduos críticos, criativos e responsáveis (Horwath et al., 2020; Malaguzzi, 2021). Segundo Mesquita (2020), o papel do educador é essencial na facilitação desse processo, devendo garantir condições de escuta ativa, empatia e respeito pelos ritmos e interesses individuais das crianças.

A multiplicidade de interpretações do conceito de participação exige uma clarificação teórica que combine a visão de direitos da criança, a perspetiva pedagógica e a prática educativa. Assim, a participação pode ser compreendida como um direito, uma competência e uma prática educativa, onde a criança se torna protagonista do seu desenvolvimento, exercendo influência ativa sobre os processos de aprendizagem, decisões em sala e organização do ambiente educativo (Oliveira-Formosinho, 2021).

### **2.2 O Direito das crianças à participação**

O direito das crianças à participação encontra-se consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), que reconhece a criança como sujeito de direitos e não apenas como destinatária de cuidados. Este direito implica que as crianças possam expressar os seus pontos de vista, influenciar decisões e ter as suas opiniões consideradas em todos os contextos que as envolvem, incluindo a família, a escola e a comunidade.

Embora muitas vezes se confunda o direito à participação com a cidadania ativa, é importante distinguir ambos os conceitos. A cidadania envolve a integração da criança em práticas sociais e políticas mais amplas, promovendo o



entendimento de direitos, responsabilidades e democracia (Tomás, 2007; Horwath et al., 2020). Já a participação refere-se ao envolvimento direto da criança nos processos de tomada de decisão e nas atividades do seu contexto imediato, promovendo a sua agência, autonomia e competências socioemocionais (Willow, 2020; Lansdown, 2022). Assim, a participação é um componente essencial da cidadania, mas foca-se na ação concreta da criança em ambientes que lhe são próximos e significativos.

No contexto educativo, garantir este direito significa criar condições para que a criança contribua ativamente para o seu processo de aprendizagem, incluindo-se nas decisões pedagógicas, nos projetos de sala e nas atividades de avaliação. O direito à participação reconhece a criança como agente capaz de influenciar a própria aprendizagem, promovendo um desenvolvimento equilibrado e significativo (Edwards et al., 2020; Mesquita, 2020).

A implementação prática deste direito exige que os educadores estejam preparados para ouvir as crianças, interpretar as suas ações e expressões, e integrar as suas ideias no planeamento educativo. Estudos recentes demonstram que crianças que experienciam uma participação ativa desenvolvem maior confiança, autonomia e capacidade de resolução de problemas, além de fortalecerem habilidades de colaboração e comunicação (Malaguzzi, 2021; Oliveira-Formosinho, 2021).

O direito à participação não é apenas uma formalidade legal; constitui um princípio pedagógico que sustenta práticas educativas centradas na criança, promovendo inclusão, equidade e reconhecimento da diversidade de experiências e competências individuais. Garantir este direito é, simultaneamente, um dever ético do educador e um passo fundamental para a construção de ambientes de aprendizagem mais democráticos e envolventes.

### **2.3 Porquê participar? Benefícios para o desenvolvimento da criança**

A participação ativa da criança no seu processo educativo proporciona múltiplos benefícios que vão para além da simples inclusão no planeamento das atividades. Quando a criança é envolvida nas decisões que afetam o seu quotidiano, desenvolve um sentido de autonomia e responsabilidade, elementos fundamentais para o seu crescimento pessoal e académico (Oliveira-Formosinho, 2021; Lansdown, 2022).

Um dos principais benefícios da participação é o fortalecimento da autoestima e da confiança. Ao reconhecer que a sua opinião é valorizada, a criança sente-se ouvida e importante, o que promove uma atitude mais proativa perante os desafios do dia a dia escolar (Horwath et al., 2020). Esta experiência de reconhecimento contribui para a construção de uma identidade positiva e para o desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como empatia, resiliência e capacidade de colaboração.

Além disso, a participação permite à criança desenvolver competências cognitivas e metacognitivas. Ao planear, escolher, avaliar e refletir sobre as suas atividades, a criança envolve-se em processos de tomada de decisão, resolução de problemas e pensamento crítico (Edwards et al., 2020; Malaguzzi, 2021). Estes processos são particularmente relevantes na educação pré-escolar, pois estabelecem bases sólidas para aprendizagens futuras e estimulam a curiosidade, a criatividade e a exploração autónoma do conhecimento.

Outro efeito positivo da participação ativa é a promoção de um ambiente democrático e colaborativo, onde educadores e crianças constroem o currículo de forma conjunta. Este tipo de ambiente incentiva o respeito mútuo, a comunicação aberta e a capacidade de negociação, preparando as crianças para interações sociais mais complexas e para a cidadania ativa no futuro (Tomás, 2007; Willow, 2020).

Por fim, a literatura recente enfatiza que a participação das crianças também contribui para melhorar os processos educativos, ao permitir que os educadores ajustem as práticas pedagógicas aos interesses, necessidades e ritmos individuais das crianças (Edwards et al., 2020; Oliveira-Formosinho, 2021). Ao integrar a voz da criança, a aprendizagem torna-se mais significativa, motivadora e contextualizada, reforçando o princípio de que a educação deve ser uma experiência de co-construção entre educador e criança.

Em suma, a participação não é apenas um direito da criança, mas um instrumento pedagógico essencial para o desenvolvimento integral, intelectual, social e emocional, preparando a criança para ser um agente ativo da sua



própria aprendizagem e da sociedade em que está inserida.

## **2.4 Desafios e barreiras à participação infantil**

Apesar dos múltiplos benefícios da participação das crianças no contexto educativo, a sua implementação prática enfrenta diversos desafios e barreiras. Estes obstáculos podem surgir em diferentes níveis: institucional, curricular, social e individual, afetando a efetividade das estratégias participativas (Horwath et al., 2021; Lansdown, 2022).

Um dos principais desafios é a rigidez dos modelos pedagógicos e currículos estruturados, que nem sempre permitem flexibilidade para integrar as vozes das crianças. Modelos muito prescritivos, focados exclusivamente em conteúdos programáticos, podem limitar a liberdade de escolha e a expressão da criança, dificultando a participação ativa e a exploração de interesses individuais (E1; E12). Esta limitação evidencia a necessidade de um equilíbrio entre estrutura e autonomia, de forma a promover experiências educativas significativas sem comprometer os objetivos de aprendizagem essenciais (Oliveira-Formosinho, 2021).

Outro fator relevante é o número elevado de crianças por turma, que pode dificultar a atenção individualizada e a escuta ativa por parte do educador. Quando os grupos são grandes, torna-se mais complexo garantir que cada criança tenha oportunidades de expressar a sua opinião e participar de forma efetiva. Este desafio está diretamente relacionado com a qualidade da interação e com a capacidade do educador de adaptar as estratégias pedagógicas aos ritmos e interesses de cada criança (Horwath et al., 2021; Tomás, 2007).

A formação e experiência dos educadores também constituem uma barreira potencial. Profissionais com menor formação em práticas participativas podem sentir-se inseguros ao implementar metodologias centradas na criança, limitando a autonomia e a liberdade de escolha dentro da sala de aula. Além disso, a falta de atualização contínua sobre abordagens pedagógicas inovadoras pode impedir a exploração de novas estratégias para promover a participação efetiva (Edwards et al., 2020; Mesquita, 2020).

Por fim, fatores culturais e sociais podem influenciar a percepção da participação infantil. Em alguns contextos, a voz da criança pode ser desvalorizada devido a normas culturais ou perceções tradicionais de autoridade adulta, tornando mais difícil implementar uma educação democrática e inclusiva. Superar estas barreiras requer sensibilização, formação e mudança de mentalidades, tanto dos educadores quanto das famílias e das instituições (Lansdown, 2022; Oliveira-Formosinho, 2021).

Os desafios à participação infantil são múltiplos e interligados, exigindo soluções que considerem a formação dos profissionais, a flexibilidade curricular, o dimensionamento das turmas e a cultura educativa. Reconhecer estas barreiras é fundamental para desenvolver estratégias eficazes, capazes de promover a participação genuína e enriquecedora das crianças no seu processo educativo.

## **2.5 A participação da criança na sua avaliação**

A avaliação na educação pré-escolar é um processo dinâmico e contínuo, que não se limita à verificação de conhecimentos, mas abrange a compreensão do desenvolvimento integral da criança, incluindo aspetos cognitivos, socioemocionais e físicos (Fernandes, 2011; Oliveira-Formosinho, 2021). Inserir a criança de forma ativa neste processo constitui um elemento central para uma educação centrada na criança, reforçando a sua agência e autonomia.

Segundo Brickman e Taylor (1996), a participação da criança na avaliação permite que ela planeie, observe e reflita sobre o seu próprio progresso, transformando a aprendizagem numa experiência mais significativa. Isto envolve práticas como autoavaliação, registo de experiências, criação de portefólios e discussão conjunta sobre os objetivos e resultados das atividades. O papel do educador, neste contexto, é facilitar e mediar estas experiências, garantindo que a criança compreenda os critérios de avaliação e se sinta ouvida e valorizada (Mesquita, 2020; Rinaldi, 2012).

A prática participativa na avaliação também reforça a autonomia e a responsabilidade, promovendo uma cultura de



reflexão sobre o próprio desempenho e desenvolvimento. Educadoras do estudo destacaram a importância de envolver as crianças na construção de regras e rotinas de avaliação, permitindo-lhes expressar preferências, dificuldades e interesses, tornando o processo mais colaborativo e inclusivo (E3; E7). Por exemplo, algumas educadoras mencionaram o uso de registros diários, cartazes de avaliação coletiva e pequenas reuniões de feedback, nas quais as crianças discutem o que aprenderam e como se sentiram durante as atividades.

Contudo, a implementação desta participação enfrenta desafios, como a necessidade de tempo suficiente e de estratégias adequadas para que todas as crianças possam se envolver efetivamente, especialmente em turmas maiores ou com ritmos de aprendizagem diferentes (Horwath et al., 2021; Tomás, 2007). Além disso, é essencial que os educadores possuam formação específica em avaliação participativa, conhecendo metodologias que favoreçam a escuta ativa e a reflexão conjunta.

A integração da criança na avaliação contribui não apenas para o seu desenvolvimento individual, mas também para a melhoria da qualidade educativa da instituição, ao fornecer informações valiosas sobre interesses, dificuldades e necessidades reais das crianças (Edwards et al., 2020; Oliveira-Formosinho, 2021). A participação da criança na avaliação constitui uma prática pedagógica ética, democrática e centrada na aprendizagem significativa, reforçando os direitos da criança e promovendo um ambiente educativo inclusivo, reflexivo e colaborativo.

## **2.6 O papel do educador de infância na participação das crianças**

O papel do educador de infância na promoção da participação das crianças é central para a construção de um ambiente educativo inclusivo, democrático e centrado na aprendizagem significativa. De acordo com Mesquita (2020, p. 80), os educadores devem revelar competência profissional, conhecer profundamente os direitos das crianças e os princípios éticos relativos à investigação que envolve crianças, garantindo que estas possam expressar suas opiniões de forma livre e segura. Além disso, o educador deve criar condições que valorizem as percepções, saberes e vivências das crianças, integrando estes elementos na construção do currículo e na tomada de decisões pedagógicas.

Folque et al. (2015, p. 19) destacam quatro princípios orientadores da interação entre educador e criança: escuta ativa, empatia, respeito e expectativas explícitas sobre a capacidade comunicativa da criança. A escuta ativa implica mais do que ouvir palavras; envolve interpretar gestos, expressões e atitudes, especialmente durante o brincar, quando as crianças frequentemente comunicam necessidades e interesses de forma não verbal. Criar empatia significa reconhecer e validar os sentimentos da criança, valorizando seu ponto de vista, enquanto o respeito exige que o educador considere os ritmos, interesses e preferências de cada criança. As expectativas explícitas ajudam a criança a compreender o que se espera dela, promovendo clareza e segurança no processo educativo (Carvalho & Sâmia, 2016; Rinaldi, 2012).

O educador atua como mediador, proporcionando experiências que fomentem a autonomia e a tomada de decisão da criança. Isto inclui atividades que envolvem escolha de materiais, organização do espaço, participação na definição de regras e avaliação das aprendizagens. Segundo Tomás (2007), colocar a criança no centro do seu processo educativo transforma-a num agente ativo, responsável pelas suas escolhas e reflexões, o que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A literatura contemporânea enfatiza a importância de um ambiente estimulante e acolhedor, que legitime a curiosidade e a investigação infantil, criando espaços onde o bem-estar, o entusiasmo e a motivação sejam centrais (Edwards et al., 2016; Oliveira-Formosinho, 2021). Educadores eficazes conseguem adaptar estratégias pedagógicas aos diferentes ritmos e necessidades, promovendo um equilíbrio entre liberdade e orientação, entre autonomia e supervisão, garantindo que todas as crianças participem de forma significativa.

Portanto, o papel do educador transcende a transmissão de conhecimento: ele é facilitador, mediador, observador atento e garante da voz da criança, assegurando que esta seja ouvida, valorizada e integrada em todos os aspetos da vida educativa. Esta abordagem fortalece a cidadania desde a infância, promove aprendizagem significativa e constrói uma cultura de respeito e participação ativa (Horwath et al., 2021; Mesquita, 2020; Oliveira-Formosinho, 2021).



## 2.7 Participação da criança na infância: perspectivas curriculares

A participação ativa da criança no seu processo educativo constitui um dos pilares centrais dos modelos curriculares contemporâneos, refletindo uma conceção de criança como sujeito competente, capaz de interagir, decidir e contribuir para a construção do seu próprio conhecimento. Diferentes abordagens curriculares oferecem estratégias para promover ambientes educativos participativos, significativos e inclusivos, valorizando a voz da criança como elemento central do desenvolvimento e da aprendizagem.

O Movimento da Escola Moderna (MEM), desenvolvido em Portugal por Sérgio Niza, enfatiza a importância da interação social, da autonomia e da reflexão crítica na construção do conhecimento. Neste modelo, a participação da criança é promovida através de dispositivos cooperativos, onde os alunos contribuem para o planeamento das atividades e para a organização da vida em sala de aula. O MEM defende a educação democrática, na qual a criança exerce escolhas, manifesta opiniões e toma decisões, contribuindo para a construção coletiva do currículo. Esta abordagem fortalece competências sociais, cognitivas e emocionais, e cria um ambiente em que o educador e a criança aprendem de forma colaborativa (Folque et al., 2015; Niza, s.d.).

O modelo High Scope, desenvolvido por Hohmann e Weikart (2007), centra-se na sequência “planejar, fazer e rever”, promovendo a autonomia da criança através da tomada de decisões sobre as atividades diárias. A criança aprende melhor quando tem oportunidades de refletir sobre as suas experiências e de interagir com pares e adultos, desenvolvendo competências de pensamento crítico, resolução de problemas e regulação emocional. Esta abordagem reconhece que a participação efetiva depende da capacidade da criança de influenciar diretamente o seu processo educativo, fortalecendo a sua autoestima, motivação e sentido de responsabilidade.

A abordagem Reggio Emilia, inspirada pelo pensamento de Loris Malaguzzi, concebe a criança como protagonista do seu desenvolvimento, reconhecendo as suas múltiplas formas de expressão, denominadas as cem linguagens da criança (Edwards et al., 2016). A exploração criativa, o diálogo constante e a organização do espaço como “terceiro educador” são centrais para estimular curiosidade, colaboração e autonomia. O ambiente é estruturado para que a criança se sinta motivada a investigar, criar e comunicar ideias através de arte, dramatização, música e linguagem escrita, promovendo participação significativa em todos os momentos do dia escolar.

Estas abordagens demonstram que a participação da criança não é apenas um direito, mas um instrumento pedagógico essencial, que promove o desenvolvimento integral, a cidadania ativa e o bem-estar emocional. Ao reconhecerem a criança como agente do seu aprendizado, estes modelos curriculares incentivam práticas pedagógicas flexíveis, reflexivas e adaptadas às necessidades individuais e coletivas, garantindo que todas as crianças possam influenciar e co-construir as suas experiências educativas (Horwath et al., 2021; Oliveira-Formosinho, 2021).

## 3. Metodologia

A presente investigação caracteriza-se por adotar uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão profunda das perceções, experiências e práticas das educadoras de infância no que respeita à participação das crianças. Segundo Ribeiro (2008, p. 129-148), a pesquisa qualitativa permite analisar detalhadamente os significados e características situacionais da realidade em estudo, privilegiando a interpretação e a contextualização em detrimento de análises exclusivamente quantitativas. Esta abordagem é particularmente adequada para o estudo da participação infantil, dado que se foca em dinâmicas complexas, subjetivas e situacionais, refletindo as interações entre educadoras, crianças e ambientes educativos.

### 3.1 Técnicas de recolha de dados

Para a recolha de dados, optou-se por entrevistas semiestruturadas, uma técnica que permite ao investigador guiar o diálogo com base num roteiro previamente definido, mas com flexibilidade para explorar novas questões emergentes durante a interação (Bryman, 2012; Severino, 2016). O guião da entrevista foi estruturado em sete blocos, de modo a



abordar de forma abrangente diferentes dimensões do fenómeno em estudo:

- Bloco A – Legitimação da Entrevista: esclarecimento dos objetivos, voluntariedade e confidencialidade;
- Bloco B – Dados Sociodemográficos: recolha de informações sobre idade, experiência profissional e tipo de instituição;
- Bloco C – Participação da Criança no Processo Educativo: perceções sobre conceitos, relevância e práticas relacionadas com a participação infantil;
- Bloco D – Modelos Pedagógicos: identificação das metodologias utilizadas e avaliação da sua pertinência para a participação da criança;
- Bloco E – Estratégias de Envolvimento da Criança: práticas em sala, organização do ambiente e planificação colaborativa;
- Bloco F – Avaliação Reflexiva: síntese e reflexão crítica sobre as respostas e práticas partilhadas.

O guião foi construído especificamente para este estudo, tendo em conta a literatura recente sobre participação infantil e modelos pedagógicos (Mesquita, 2020; Oliveira-Formosinho, 2021), garantindo pertinência e coerência com os objetivos da investigação.

### 3.2 Participantes

Participaram 15 educadoras de infância, selecionadas através de uma amostra de conveniência, permitindo angariar profissionais disponíveis e interessadas na investigação. Todas exercem funções em instituições de educação pré-escolar, incluindo privadas, públicas e IPSS, em diferentes regiões do país, o que contribui para a diversidade e riqueza dos dados. As participantes foram contactadas via email, esclarecendo os objetivos do estudo, voluntariedade e confidencialidade. As entrevistas realizaram-se por videoconferência, com duração média de 30 minutos, gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

A maioria das educadoras têm idade entre 30 e 40 anos, com experiência profissional de 2 a 10 anos, refletindo uma prática significativa e diversificada. Todas foram informadas de que os dados seriam tratados de forma confidencial e que os seus nomes seriam substituídos por pseudónimos, garantindo anonimato e proteção das informações. 3. 2.3 Análise dos dados

A análise foi realizada com recurso à análise temática, seguindo as orientações de Braun e Clarke (2006). Esta técnica permite identificar, analisar e relatar temas e subtemas emergentes das entrevistas, organizando o material de forma sistemática e interpretativa. Foram delineadas três categorias principais:

- Participação da Criança: subcategorias “Conceito” e “Relevância no Processo de Aprendizagem”;
- Modelos Pedagógicos: subcategorias “Na Prática” e “Pertinência para a Participação da Criança”;
- Estratégias Utilizadas: subcategoria “Em Sala”.

Esta estrutura permitiu articular resultados e discussões, facilitando a compreensão das práticas educativas e dos desafios enfrentados pelas educadoras na promoção da participação infantil.

Para uma melhor compreensão, colocamos as categorias encontradas na Tabela 1:

#### Tabela 1

*Categorias delineadas no âmbito da análise dos dados*



<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>
Participação da Criança	<i>Conceito</i> : compreender como a participação da criança é definida pelas educadoras <i>Relevância no Processo de Aprendizagem</i> : importância atribuída à participação da criança no contexto educativo
Modelos Pedagógicos	<i>Na Prática</i> : modelo pedagógico utilizado na sua prática <i>Pertinência para a Participação da Criança</i> : análise da relevância dos modelos na promoção da participação ativa das crianças e examina a aplicação dos modelos pedagógicos no dia a dia das educadoras
Estratégias Utilizadas	<i>Em Sala</i> : identificar as estratégias implementadas dentro da sala para incentivar a participação das crianças

#### 4. Análise dos dados e resultados

Para enquadrar a análise, é importante sublinhar que o objetivo central deste estudo é compreender como as educadoras de infância percebem e promovem a participação das crianças no contexto educativo, quais os modelos pedagógicos que utilizam e as estratégias que implementam em sala. A análise seguiu a estrutura temática delineada, permitindo organizar os dados em categorias e subcategorias, o que facilita a interpretação e discussão dos resultados.

##### 4.1 Participação da Criança

A subcategoria “Conceito” revelou uma compreensão multifacetada da participação infantil. As educadoras enfatizam que a participação não se limita à expressão verbal das crianças, mas inclui a tomada de decisões, a autonomia e a capacidade de influenciar o próprio processo de aprendizagem (Mesquita, 2020; Oliveira-Formosinho, 2021). Por exemplo, a E1 afirma:

"A participação da criança no seu processo pedagógico é fundamental para criar equilíbrio entre educador e aprendiz, valorizando opiniões e interesses."

De forma recorrente, as educadoras destacam que a participação contribui para ambientes democráticos em sala, nos quais as crianças aprendem a negociar, cooperar e desenvolver competências socioemocionais essenciais (Hohmann & Weikart, 2011; Folque et al., 2015).

A subcategoria “Relevância no Processo de Aprendizagem” reforça a ligação entre participação e desenvolvimento integral da criança. As respostas indicam que, quando as crianças estão envolvidas em decisões sobre atividades, rotinas e projetos, ganham motivação, autoconfiança e responsabilidade. A E7 sublinha:

"Ser a própria criança a tomar decisões, assumir responsabilidades e realizar tarefas contribui para o seu desenvolvimento global."

Estudos recentes corroboram estas percepções, destacando que a participação ativa promove aprendizagem significativa, autonomia cognitiva e competências sociais, essenciais para o sucesso escolar e pessoal (Bennett, 2021; Pascal & Bertram, 2022).

##### 4.2 Modelos Pedagógicos

No que se refere à subcategoria “Na Prática”, oito educadoras afirmaram seguir o Movimento da Escola Moderna (MEM), enquanto outras mencionaram a Pedagogia Participativa, o Método João de Deus ou o Modelo Reggio Emilia.



Quatro educadoras indicaram não utilizar um modelo pedagógico específico.

A subcategoria “Pertinência para a Participação da Criança” revelou que os modelos pedagógicos são adaptados de forma a incentivar a autonomia e o protagonismo infantil. A E3 observa:

"Procuo dar à criança poder de escolha, ouvir opiniões e envolver famílias, promovendo um ambiente inclusivo e democrático."

No entanto, algumas educadoras enfrentam desafios com modelos mais estruturados. A E12 refere:

"Com o Método João de Deus, torna-se complicado permitir participação ativa devido à programação rígida das atividades."

Estes achados alinham-se com a literatura recente que destaca que flexibilidade curricular e reconhecimento da criança como protagonista são essenciais para uma participação genuína (Edwards et al., 2016; Lansdown, 2020).

### **4.3 Estratégias Utilizadas em Sala**

As respostas à questão sobre estratégias revelam diversidade e adaptação às necessidades das crianças (subcategoria: Em Sala). Práticas recorrentes incluem:

Planificação colaborativa, integrando interesses das crianças (E5, E3);

Organização do espaço e materiais de forma participativa;

Avaliação conjunta das atividades, permitindo feedback e ajuste contínuo.

Essas estratégias promovem autonomia, iniciativa e senso de pertença, reforçando que a participação não é apenas um direito, mas uma prática educativa central (Horwath et al., 2011; Oliveira-Formosinho, 2021).

A análise também evidencia que, embora as educadoras se esforcem por implementar práticas participativas, fatores como número elevado de crianças por turma e rigidez curricular podem limitar a implementação plena dessas práticas.

## **5. Considerações Finais, limitações e trajetórias futuras**

A análise realizada neste estudo evidencia que a participação ativa das crianças é compreendida pelas educadoras como um direito fundamental e um componente essencial para o desenvolvimento integral da criança. A participação não se limita à expressão verbal, mas inclui autonomia, tomada de decisão, exploração de interesses, organização de atividades e avaliação do próprio processo educativo (Mesquita, 2020; Oliveira-Formosinho, 2021). As educadoras destacam que quando as crianças são envolvidas de forma significativa, desenvolvem autoconfiança, responsabilidade, competências socioemocionais e motivação para aprender, contribuindo para ambientes de aprendizagem mais democráticos e inclusivos (Bennett, 2021; Pascal & Bertram, 2022).

O estudo revelou que diferentes modelos pedagógicos são utilizados na prática, com destaque para o Movimento da Escola Moderna, que privilegia a diferenciação pedagógica, a participação ativa e o reconhecimento da criança como protagonista do seu processo educativo. Apesar das vantagens, modelos mais estruturados, como o Método João de Deus, podem dificultar a implementação de práticas participativas devido à sua rigidez curricular (Edwards et al., 2016; Lansdown, 2020).

Em termos de estratégias utilizadas em sala, verifica-se um esforço consistente das educadoras em integrar os interesses das crianças na planificação, organizar o espaço e materiais de forma participativa e avaliar coletivamente as atividades, promovendo autonomia, iniciativa e sentido de pertença. Estas práticas confirmam a centralidade da participação no processo de ensino-aprendizagem, mas também revelam desafios contextuais, como o elevado número de crianças por grupo, limitações de recursos e necessidade de maior flexibilidade curricular.



### Limitações do Estudo

Entre as limitações identificadas, destaca-se o número reduzido de entrevistas (15 educadoras), o que pode restringir a diversidade de percepções e práticas analisadas. A ausência de observações diretas em contexto educativo também limita a compreensão concreta das dinâmicas de participação. Por fim, embora o estudo abranja diferentes tipos de instituições e regiões, a amostra de conveniência pode não refletir integralmente a realidade nacional.

### Trajetórias Futuras

Este estudo abre caminho para várias linhas de investigação futuras:

- Explorar como diferentes modelos pedagógicos influenciam a participação ativa, incluindo adaptações que aumentem a flexibilidade e a autonomia da criança.
- Analisar os fatores contextuais e barreiras práticas, como número de crianças, recursos disponíveis e estrutura curricular, e identificar estratégias eficazes para contorná-los.
- Desenvolver programas de formação contínua para educadoras, centrados em estratégias participativas e promoção da autonomia infantil, fortalecendo competências profissionais e metodológicas.
- Implementar estudos longitudinais que acompanhem o impacto da participação ao longo do tempo, do pré-escolar ao ensino fundamental, considerando efeitos acadêmicos, socioemocionais e de cidadania.
- Investigar o efeito da participação infantil em contextos culturais e sociais diversos, permitindo compreender as diferenças e potencialidades de práticas pedagógicas participativas em realidades variadas.

Em síntese, a investigação reforça que a participação da criança não é apenas um direito, mas uma prática educativa estratégica, essencial para a construção de ambientes inclusivos, democráticos e estimulantes, promovendo aprendizagens significativas e preparando as crianças para desafios futuros de forma crítica e criativa.

## 1. Referências

- Bennett, J. (2021). *Early childhood education and care: Building the foundations of lifelong learning*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264190658-en>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.
- Carvalho, M. J., & Sâmia, A. (2016). *A escuta das crianças pequenas: Desafios e possibilidades na educação infantil*. EDUFBA.
- Edwards, C., Gandini, L., & Forman, G. (2016). *The hundred languages of children: The Reggio Emilia experience in transformation* (3rd ed.). Praeger.
- Folque, M. A., Oliveira-Formosinho, J., & Formosinho, J. (2015). *Educar a infância: Perspetivas e práticas participativas*. Porto Editora.
- Hohmann, M., & Weikart, D. P. (2007). *Educating young children: Active learning practices for preschool and child care programs* (3rd ed.). HighScope Press.
- Lansdown, G. (2020). *Children's rights and participation: From rhetoric to reality*. Routledge.
- Malaguzzi, L. (2016). *The hundred languages of children revisited: Reflections on the Reggio Emilia approach*. Routledge.
- Mesquita, E. (2020). *A escuta das crianças: Uma pedagogia da participação*. Instituto de Educação da Universidade do Minho.



Oliveira-Formosinho, J. (2021). *Educação de infância e pedagogia participativa: Crianças, contextos e culturas*. Porto Editora.

Pascal, C., & Bertram, T. (2022). Enabling environments for children's participation in early childhood education. *European Early Childhood Education Research Journal*, 30(5), 687–703. <https://doi.org/10.1080/1350293X.2022.2057211>

Ribeiro, J. L. (2008). *Metodologias qualitativas de investigação em educação*. Porto Editora.

Rinaldi, C. (2012). *In dialogue with Reggio Emilia: Listening, researching and learning*. Routledge.

Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24.ª ed.). Cortez Editora.

UNICEF. (2023). *The State of the World's Children 2023: For every child, inclusion*. UNICEF Publishing. <https://www.unicef.org>